



ACÓRDÃO Nº1649/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11442/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Escritório de Representação do Governo em São Paulo

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Paulo Sandro da Silva Soares (Ordenador de Despesa), Samuel Assayag Hanan (Ordenador de Despesa), José Raimundo Sousa de Farias (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAD

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 575/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escritório de Representação do Governo em São Paulo. Exercício de 2017.

Irregularidade. Regularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Escritório de Representação do Governo em São Paulo, referente aos períodos de **01/01/2017 a 10/10/2017 e de 09/11/2017 a 15/12/2017**, tendo como responsáveis, respectivamente, os **Srs. José Raimundo Sousa de Farias e Paulo Sandro da Silva Soares**, Gestores e Ordenadores de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso II, “a”, c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas constantes da fundamentação do Voto;

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas do Escritório de Representação do Governo em São Paulo, referente ao período de 11/10/2017 a



ACÓRDÃO Nº1649/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10/11/2017, de responsabilidade do **Sr. Samuel Assayag Hanan**, Gestor e Ordenadores de Despesas, dando plena quitação ao responsável, nos termos dos artigos 1º, inciso II, “a”, 22, I, e 23, da Lei nº 2.423/96 c/c o artigo 11, inciso III, alínea “a”, item 3 e art. 189, I, Resolução nº 04/2002-TCE/AM – RITCE;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. José Raimundo Sousa de Farias no valor de **R\$ 3.108,57 (três mil, cento e oito reais e cinquenta e sete centavos)**, nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/2002, no que diz respeito a gastos não realizados em favor da Administração Pública, diante de pagamentos com atraso, que geraram multas ao Erário, demonstrando, portanto, que não houve o bom e regular uso dos recursos públicos, conforme **item 8**, da fundamentação do Voto, e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Escritório de Representação do Governo em São Paulo, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Escritório de Representação do Governo em São Paulo com a devida comprovação perante a Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. José Raimundo Sousa de Farias no valor de **R\$ 22.757,31 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos)**, nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-



ACÓRDÃO Nº1649/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 6, 7, 8, 9 e 10**, da fundamentação do Voto, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Paulo Sandro da Silva Soares no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos **itens 6, 7 e 9**, da fundamentação do Voto, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº1649/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Recomendar ao Escritório de Representação do Governo em São Paulo que:

10.6.1.a Declaração de Bens dos servidores e funcionários esteja sempre disponível na sede do órgão; (itens 5, da fundamentação do Voto)

10.6.2.evite realizar despesas sem a devida cobertura orçamentária; (item 12, da fundamentação do Voto)

10.6.3.a documentação referente ao Termo de Responsabilidade do gestor, em relação aos bens patrimoniais, esteja disponível na sede do órgão. (item 13, da fundamentação do Voto)

10.7. Determinar o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis;

10.8. Dar ciência às partes interessadas, **Sr. José Raimundo Sousa de Farias, Sr. Samuel Assayag Hanan, Sr. Paulo Sandro da Silva Soares e Sra. Rosiliane Cantisani Bessa**, acerca do teor da decisão;

10.9. Arquivar o processo, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



ACÓRDÃO Nº1649/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral